

# ROBERTO SCHWARZ, HISTORIADOR

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i41p156-170>

**Jorge Grespan**

## RESUMO

A crítica literária de Roberto Schwarz pressupõe sempre a reconstituição rigorosa do contexto histórico em que as obras tratadas foram escritas, com atenção especial às formas sociais e literárias. Este artigo procura ressaltar o modo como essa reconstituição de contextos e formas é feita por Schwarz, retomando o conceito benjaminiano de “mônada” para explicar o papel da análise literária na percepção das tensões sociais de uma época. Nessas tensões, o conflito de classes configura movimentos dialéticos entre passado e presente e entre ideias e práticas, sintetizados por Schwarz em sua conhecida fórmula das “ideias fora do lugar”. Sem a intenção de reabrir o debate gerado por essa fórmula, pretendo retomar aqui os elementos que nela esclarecem a concepção de dialética mediante a qual Schwarz pensa o tempo histórico e o jogo das práticas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, mônada, forma, passado e presente, ideias e práticas.

ABSTRACT

Roberto Schwarz's literary criticism always presupposes a rigorous reconstruction of the historical context in which the works he deals with were written, with special attention to social and literary forms. This article seeks to highlight the way in which Schwarz reconstructs contexts and forms, using Benjamin's concept of the "monad" to explain the role of literary analysis in perceiving the social tensions of an era. In these tensions, class conflict configures dialectical movements between past and present and between ideas and practices, summarized by Schwarz in his well-known formula of "displaced ideas". Without intending to reopen the debate generated by this formula, I intend to return here to the elements that clarify the conception of dialectics through which Schwarz thinks about historical time and the interplay of social practices.

KEYWORDS: History, monad, form, past and present, ideas and practices.

1.

**S**empre afirmada por Roberto Schwarz como chave de leitura,<sup>1</sup> a relação entre forma literária e processo social implica uma via de mão dupla, pela qual o processo social permite o entendimento da forma literária e vice-versa. De fato, nas palavras de seu conhecido comentário à *Dialética da malandragem* de Antonio Candido, Schwarz afirma a “dimensão cognitiva da ficção” ou “valor de conhecimento da arte” segundo a qual é preciso “ler uma na outra, a literatura e a realidade, até encontrar o termo de mediação” (SCHWARZ, 2002, pp. 140-141). Esse “termo de mediação”, como também é sabido, consiste na forma tanto da obra de ficção quanto do processo social, mais do que no conteúdo do enredo de um romance ou de um processo social efetivo. Para o historiador, essas afirmações são fundamentais.

Uma obra literária pode ser fonte inestimável de conhecimento histórico por trazer informações de época, mas, para Schwarz, principalmente por representar uma forma real. Aqui, por “forma”, quero designar a articulação temporal característica de um processo social datado, uma configuração complexa de elementos sociais passados e presentes que aparece transposta na configuração de um texto literário.<sup>2</sup> A correlação de forças e de classes sociais a que também remete o termo “forma social” em Schwarz comparece tanto como articulador da

---

<sup>1</sup> A passagem mais conhecida em que Schwarz propõe essa relação é, provavelmente, a das primeiras palavras do comentário à “Dialética da Malandragem” de Antonio Candido: “Em literatura, o básico da crítica marxista está na dialética de forma literária e processo social”, in “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” (SCHWARZ, 2002, p. 129).

<sup>2</sup> No texto “Adequação nacional e originalidade crítica”, Schwarz assim define a “ideia social de forma”: “trata-se de um *esquema prático*, dotado de lógica específica, programado segundo as condições históricas a que atende e que o historicizam de torna-viagem” (SCHWARZ, 2014, p. 35, grifos do autor).

temporalidade própria de um processo real e de um enredo de ficção quanto como resultado dessa temporalidade, isto é, do seu ritmo e do seu andamento. Em ambos os planos, o real e o da ficção, o passado não é superado pelo presente, mas se ajusta a ele em diversas combinações, determinando-o e sendo por ele determinado em um movimento de constante diferenciação.

É esclarecedor aqui fazer um paralelo com as *Teses sobre o conceito de história* de Walter Benjamin, que recomendam ao historiador materialista fixar a correlação de forças sociais de certo momento como uma fotografia que congela um processo temporal cujo fluxo ameaça perder a oportunidade de flagrar uma “configuração saturada de tensões” (BENJAMIN, 1985, p. 231). Em Benjamin, essa definição da “mônada” reverbera as concepções da fotografia e do cinema expostas no também tão estudado texto *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (BENJAMIN, 1985). Tal como no caso do fotógrafo, o olho do historiador deve perceber o instante no qual a tensão está em seu ponto máximo e então interromper, para fins de análise, a correnteza que pode depois enfraquecer ou mesmo ocultar a tensão.

As obras literárias exemplares às quais se atém a crítica dialética de Schwarz cumprem esse papel da mônada de Benjamin.<sup>3</sup> Elas são exemplares porque representam no plano da ficção um momento no qual as tensões sociais de toda uma época se detêm e, assim, revelam-se ao olhar do crítico historiador interessado em apontá-las e não em diluí-las numa conciliação indesejável. Assim, a oposição entre as classes sociais de algum modo revelada pelo romance exemplar, mesmo que como mero pano de fundo, configura um tempo interno do enredo que representa o tempo externo do desenrolar dos acontecimentos históricos. Nesses dois planos do tempo, passado e presente se apresentam juntos, mas em uma crescente oposição cujo resultado será a modificação da forma na qual eles se apresentam, ou seja, a diferenciação que define a historicidade e, assim, pontua uma história.

Para caracterizar momentos distintivos da dialética entre continuidade e modificação das formas históricas da literatura e da sociedade de acordo com

---

<sup>3</sup> Ainda em seu comentário à *Dialética da malandragem* de Antonio Candido, Schwarz afirma “a precedência da forma literária. É ela quem põe o problema, que os conhecimentos de toda ordem e os estudos do crítico ajudam a expor e interpretar” (SCHWARZ, 2002, p. 140).

Schwarz, proponho examinar aqui sua crítica às *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e ao poema “Pobre alimária”, de Oswald de Andrade. Em ambos os casos, ele teve de proceder a uma reconstituição rigorosa da situação social e política do século XIX e do começo do século XX, respectivamente. O interesse crítico levou Schwarz a uma síntese importante de conhecimentos proporcionados por um grupo específico de historiadores marxistas que, no Brasil, rompeu de modo decisivo com cânones tanto da historiografia tradicional quanto da própria historiografia marxista até então praticada.<sup>4</sup>

## 2.

A complexa combinação entre as formas sociais herdadas do passado colonial e as formas sociais próprias da nova inserção do Brasil no sistema capitalista do século XIX encontrou uma expressão clara no fenômeno que Schwarz chamou de “ideias fora do lugar”. Não é aqui o lugar de revolver o já longo debate provocado pelo texto original;<sup>5</sup> basta lembrar que o assinalado descompasso entre ideias liberais e práticas baseadas na escravização e no favor remonta a um descompasso do próprio campo das práticas sociais entre a esfera da produção de mercadorias e a de sua circulação.

De fato, não se trata tanto de uma oposição entre ideias e práticas, mas entre práticas determinadas por instâncias distintas e complementares. Nas palavras de Schwarz: “Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês — a prioridade do lucro, com seus corolários sociais — uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada” (SCHWARZ, 2000b, p. 13). Se havia ideias liberais entre a elite

---

<sup>4</sup> Refiro-me aqui principalmente a historiadores citados com frequência nos textos de Schwarz, começando por Caio Prado Júnior e continuando com Emília Viotti da Costa, Fernando Novais e, em uma geração posterior, Luiz Felipe Alencastro. Sociólogos que incursionaram pela história como Maria Sylvia de Carvalho Franco e Fernando Henrique Cardoso também devem ser levados em conta.

<sup>5</sup> Em uma nota de rodapé escrita por Schwarz sobre o debate suscitado por seu texto, ele mesmo cita os textos de Maria Sylvia de Carvalho Franco, “As ideias estão no lugar” (1976), e Alfredo Bosi, “A escravidão entre dois liberalismos” (1992), como exemplos do debate, ao qual deve ser agregada a resposta de Schwarz em “Por que ideias fora do lugar?”, texto em que aparece essa nota. Cf. SCHWARZ, 2012, p. 165 para o texto e 167 para a nota.

proprietária da época, não é porque elas eram simplesmente importadas, e sim porque correspondiam a um dos lados da prática econômica da elite, a saber, a inserção no “mercado externo”, que estimulava nela a “prioridade do lucro” e, daí, o “raciocínio econômico burguês”. Essa participação no “comércio internacional”, porém, só era possível mediante a “produção por trabalho escravo”, que permitia abastecer os centros capitalistas europeus com matérias-primas baratas. Assim, a produção escravista do século XIX podia ser permeada já pela racionalidade da obtenção de lucro, mas ainda era escravista, ou seja, ainda devia empregar a violência para compelir ao trabalho e obter lucro, contrariando nesse ponto a boa norma burguesa da igualdade contratual entre empregados e empregadores.

Igualdade e desigualdade social se opunham, portanto, nos dois âmbitos da prática econômica do Brasil do século XIX: por um lado, baseada na inserção comercial no sistema mundial, as ideias liberais correspondiam a uma prática real e, digamos, estavam no lugar; por outro lado, como essa inserção “dependia de trabalho escravo” com seus “corolários sociais”, a pressuposição de igualdade entre os seres humanos, enganosa, mas possível no caso do trabalho assalariado, revelase absurda no caso da escravização. É na contradição das práticas que radica o relativo descompasso entre ideias e realidade. Schwarz conclui: “Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. [...] Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento de que ela, a falsidade, é parte verdadeira” (SCHWARZ, 2000b, p. 26). A “falsidade é parte verdadeira” porque, sem deixar de ser falsidade, insere-se em um “movimento” que a determina como “parte” de um todo prático. As ideias liberais são impraticáveis na lógica interna da produção escravista e “indescartáveis” na lógica externa do comércio internacional, portanto “parte verdadeira” em sua própria falsidade.

De acordo com Schwarz, da prática interna da escravização derivou outra prática fundante da sociabilidade brasileira, a do favor. Toda a enorme camada da população do século XIX que não pertencia a um dos polos da relação senhor-escravo devia encontrar alternativas de sobrevivência, e o vínculo de favor com um proprietário consistia em uma das mais generalizadas. À análise dessa prática, já relativamente estudada e conhecida, Schwarz acrescenta uma descoberta importante: como nela o favorecido não era um escravo, parecia existir uma

igualdade de status social entre ele e quem o favorecia, aparência que contribuía para conferir verossimilhança às ideias liberais e, assim, para a aceitação fingida e ostentada dessas ideias entre os membros mais ou menos cultos da elite. A oposição liberal à escravidão servia, nesse caso, para justificar o favor e enaltecê-lo como alternativa à sociabilidade servil.<sup>6</sup> Assim, o favor também passava a constituir uma base para a aceitação parcial do liberalismo, mesmo que as práticas nele fundadas não tivessem qualquer dimensão comercial e não fossem, por isso, permeadas de “raciocínio econômico burguês”. Nesse papel, omitia-se por completo o aspecto decisivo representado pelo arbítrio com que o favor era concedido a seus beneficiários e que contrariava de modo claro os princípios de justiça contratual.

Como sabe todo o leitor de Schwarz, esse conjunto de características da sociedade brasileira do século XIX é descoberto a partir da análise da obra de Machado de Assis, em especial das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Mais do que o conteúdo do que Brás Cubas conta, interessa a Schwarz a forma da narrativa, que se interrompe constantemente para que o narrador introduza considerações de cunho filosófico ou histórico, com a intenção principal de evidenciar seu conhecimento enciclopédico da tradição intelectual europeia. Para Schwarz, Machado assim visava expor as contradições, beirando o ridículo, de toda a classe social a que pertencia Brás Cubas, a elite proprietária brasileira do século XIX. O discurso europeu e moderno de Brás Cubas, com posições liberais, é desmentido ao longo de toda sua narrativa pelo arbítrio com que os episódios se sucedem, interrompem-se, e muitas vezes não são retomados; o poder de sua classe social é assim evidenciado pelo capricho da forma em que ele conta sua vida. Brás Cubas exhibe seus conhecimentos para marcar a posição de classe e, na análise fina de Schwarz, também para demonstrar certo desprezo pela tradição europeia que os produziu: ele embaralha referências históricas e barateia o pensamento filosófico com considerações supostamente profundas, mas, de fato, quase grotescas.

Para Schwarz, o objetivo dessa atitude do narrador de Machado de Assis é mostrar-se superior ao que a Europa havia recentemente criado de mais avançado: o liberalismo, baseado no princípio da igualdade de todos os seres humanos. Brás

---

<sup>6</sup> “De ideologia que havia sido — isto é, engano involuntário e bem fundado nas aparências — o liberalismo passa, na falta de outro termo, a penhor intencional de uma variedade de prestígios com que nada tem a ver” (SCHWARZ, 2000b, p. 18).

Cubas contradiz sempre seu discurso moderno por posições que assume ao defender as prerrogativas de senhor de escravos ou ao narrar episódios de sua vida em que demonstra desrespeito pelas pessoas livres, mas pobres, dependentes do favor de poderosos como ele. Brás Cubas fica na posição delicada e contraditória de precisar exibir tanto sua cultura europeia quanto seu desprezo por ela, como se essa cultura fosse uma bela e mera teoria, impraticável em situações reais. Assim, ao afirmar as normas sociais, éticas e literárias ditadas pela Europa, Brás ao mesmo tempo precisa negá-las. Numa formulação perfeitamente dialética, Schwarz explica que “além de infração, a infração é norma, e a norma, além de norma, é infração” (SCHWARZ, 2000, p. 43). Ou seja, a norma europeia não deixa de ser norma por se realizar apenas mediante sua infração brasileira; por isso, diz o texto que ela “além de norma”, é infração. Vale o mesmo para a infração, que continua sendo infração em relação à norma europeia, mas que, aqui, inverte-se em norma; ela realiza a norma europeia mediante sua infração, sua negação prática.

Como bom membro da elite brasileira do século XIX, Brás Cubas se julga igual a seus congêneres europeus porque adota suas normas, e até superior a eles, porque conhece os limites práticos da aplicação dessas normas. Para ele, portanto, o passado colonial não é um atraso a ser superado e sim um elemento que se combina ao presente do mercado capitalista para marcar a superioridade da sua condição, embora ele saiba, no fundo, estar em situação subalterna. Para Schwarz, nesse caso “a concomitância regular dos traços moderno e colonial não representa atraso nem disparate, mas o resultado lógico e emblemático da feição que tomou o progresso no país” (SCHWARZ, 2000, p. 127). Em outras palavras, a sociedade a que pertence Brás Cubas não padecia de um atraso que pudesse e devesse ser superado por um modelo de desenvolvimento semelhante ao europeu; o que seria um “atraso” é seu modo de ser “moderna”, revelando todas as dimensões da própria modernidade capitalista, isto é, também a dimensão em que o progresso relativo necessita do atraso e o determina.

A análise do romance de Machado de Assis é, desse modo, a porta de entrada para a incursão inovadora de Schwarz na sociedade brasileira e, daí, no capitalismo mundial do século XIX. Em particular, as *Memórias póstumas de Brás Cubas* funcionam como a mônada benjaminiana que inscreve em si e revela para Schwarz, congelada, toda a tensão de uma época. Como em um filme, porém, o

tempo histórico transcorreu, alterando em parte a situação do capitalismo em seu centro e em suas margens dependentes. Até certo ponto, no começo do século XX a situação era distinta, levando Schwarz a novamente buscar a mônada que exhibe o conflito dos tempos e das classes em seu ápice.

### 3.

Dentre os textos exemplares escolhidos por Schwarz para a análise da forma social assumida pelo capitalismo do século XX figura de modo privilegiado o poema de Oswald de Andrade, “Pobre alimária”. O contraste brasileiro entre o passado ainda colonial e o presente capitalista é o tema central do poema, conforme Schwarz, mas agora de modo distinto do modo dominante em Machado de Assis.

No primeiro momento de sua análise, Schwarz ainda assinala a dicotomia entre os “elementos próprios ao Brasil-Colônia” e os do “Brasil burguês” (SCHWARZ, 2002, p. 12) que marca o poema pelas imagens da carroça empacando sobre os trilhos e impedindo o avanço do bonde elétrico. Ela corresponde ao contraste entre passado e presente, ou entre o atraso a ser superado e o progresso a ser alcançado e, de certa forma, já em curso. Oswald de Andrade continuaria, assim, uma tendência existente em análises do Brasil feitas por diversos autores desde o século XIX e que persistiu em todo o século XX, a saber, a de indicar uma dualidade “cujos dilemas remontam à Independência e desde então se impõem inexoravelmente a todo brasileiro culto, [e que] suscitou atitudes diversas” (SCHWARZ, 2002, p. 13). Nesse caso, ao longo da história do Brasil posterior a 1822 uma mesma situação teria perdurado, como um passado que não passa e um futuro que não chega. Se fosse assim, porém, não teria ocorrido nenhuma transformação essencial na sociedade brasileira, nenhum processo de diferenciação nas relações sociais que pudesse ser chamado de história.

Contudo, é importante atentar para as palavras empregadas por Schwarz nessa primeira caracterização do dilema brasileiro presente no poema de Oswald de Andrade. Profundamente familiarizado com a terminologia dialética, não por acaso ele fala de “justaposição” entre os traços da colônia e do progresso capitalista, ou da “contiguidade” que os “coloca lado a lado” (SCHWARZ, 2002, pp. 12-13). São palavras que denotam a ausência de relação entre os dois elementos

relacionados: eles não se interpenetram, não atuam um sobre o outro, não se complementam ou determinam mutuamente; permanecem adjacentes, indiferentes, isto é, sem que sua diferença seja resultado de uma relação que os oponha, que os ponha como polos mutuamente negativos, diferenciados um pelo outro. O passado colonial persistiria no presente sem que qualquer aspecto seu tivesse provocado a mudança que levou ao progresso; este, por sua vez, seria resultado de influxos externos ao desenvolvimento de aspectos do passado. Nas palavras de Schwarz: “De um lado, o bonde, os advogados, o motorneiro e os trilhos; do outro, o cavalo, a carroça e o carroceiro: são mundos, tempos e classes sociais contrastantes, postos em oposição” (SCHWARZ, 2002, p. 15). Seria essa, então, uma deficiência da percepção do Brasil por Oswald? Ou haveria nela uma verdadeira oposição dialética?

De fato, a análise de Schwarz logo passa a um segundo momento. Afinal, os advogados sentados no bonde, representantes do progresso no poema, correspondem a um “adiantamento relativo” pois “o progresso requeria engenheiros, e neste sentido, corrente até hoje, o batalhão de bacharéis está na contramão” (SCHWARZ, 2002, p. 15). Com fina ironia, nota Schwarz, Oswald de Andrade caracteriza os elementos adiantados como remanescentes da sociedade tradicional cuja contraposição ao progresso da eletricidade não é completa. Ele “caçoa de um tipo atrasado de progresso”, mas essa caçoada “depende, para se configurar, da presença de um outro progresso mais adiantado. Este segundo se faz sentir no bojo do trabalho literário” que marca “a sintonia com a transformação artística europeia recente” (SCHWARZ, 2002, p. 21). Aqui a análise da forma do poema leva Schwarz a identificar em Oswald de Andrade uma atitude “moderníssima”, esta sim oposta ao “moderno-de-província” do qual o poema, no fundo, caçoa (SCHWARZ, 2002, p. 24).

Com isso, a primeira oposição entre os traços coloniais e burgueses do Brasil do começo do século XX é diluída no poema por uma aproximação que pretende e consegue revelar a combinação das formas sociais passadas e presentes em um tipo contraditório de “progresso atrasado” ou de um atraso que pode conviver com um tipo muito específico de progresso. Schwarz flagra em Oswald de Andrade um “esvaziamento do antagonismo entre as matérias colonial e burguesa” anteriormente assinalado pela análise, e a “transposição” desse antagonismo em

“novas figuras locais e universais do progresso” (SCHWARZ, 2002, p. 21). A dualidade que marcava a análise inicial de Schwarz então se esvazia, deixa de ser uma dualidade, uma “justaposição” de termos não-determinados por sua relação recíproca, e aparece como uma oposição dialética de termos que se determinam por sua negação mútua. A verdadeira oposição deve ser estabelecida agora entre o âmbito “local”, brasileiro, e o “universal” do centro europeu do progresso capitalista e das novas formas da “transformação artística europeia recente” com as quais Oswald de Andrade se identifica. É dessa oposição que decorre a dinâmica transformadora de ambos os âmbitos, em especial do brasileiro.

Schwarz registra aqui uma transformação social, oculta pela persistência do passado no presente que cria a sensação de um marasmo social no qual a história estaria ausente. A pergunta seria, contudo, qual passado e qual presente? O fato de os advogados andarem de bonde e de o motorneiro e o carroceiro tomarem o partido deles para desempacar o cavalo não é irrelevante. Também o fato de Oswald de Andrade adotar um ponto de vista estético correspondente ao “moderníssimo” europeu não é casual ou fruto de opções meramente subjetivas de artista.

Em uma passagem que considero crucial de sua análise, Schwarz cita um estudo de Carlos Eduardo Berriel sobre *Macunaíma* relacionando, diz Schwarz, “o nacionalismo de 22 ao setor da oligarquia cafeeira que, além de plantar, buscou disputar aos capitais imperialistas a área da comercialização, que era a mais rentável do negócio” (SCHWARZ, 2002, p. 22). Uma informação importante a ser acrescentada a esse contexto é que a Primeira Guerra Mundial e seus resultados imediatos haviam dificultado o comércio marítimo entre o Brasil e a Europa, de modo a diminuir as exportações do café plantado então majoritariamente em São Paulo. Com isso, abriu-se a oportunidade para os paulistas contemporâneos a Oswald de Andrade de entrarem no setor da comercialização e chegarem ao mercado europeu, numa abertura tanto econômica quanto cultural.

Foi essa circunstância que teria permitido a introdução das ideias burguesas mais recentes em São Paulo, fazendo sua oligarquia sentir-se à altura das classes dominantes europeias e seus artistas compartilharem do projeto estético mais avançado da Europa. Contrastando com a lentidão com que se progrediam as relações sociais, as ideias circulavam com rapidez. Na análise de Schwarz, Oswald

de Andrade percebeu os dois ritmos e os tipificou em seu poema, opondo aparentemente a modernidade do bonde à carroça empacada, mas efetivamente opondo esse mero “moderno-de-província” ao “moderníssimo” europeu que ele e a oligarquia paulista imaginavam ter alcançado. Nesse projeto, “a sustentação de fundo vem do futuro que o café pensava ter pela frente, fazendo que o universo de relações quase-coloniais que ele reproduzia lhe aparecesse não como obstáculo, mas como elemento de vida e progresso [...]” (SCHWARZ, 2002, p. 24).

Certamente, as ideias burguesas de progresso chocavam-se, mais uma vez, com as práticas sociais da produção do café, baseadas não mais no escravismo, mas ainda em mão de obra muito barata, pouco qualificada e mantida em uma situação econômica precária. Mais uma vez, porém, a oposição entre ideias e práticas radica na oposição entre duas práticas, a da produção e a da circulação da mercadoria de cuja sorte dependia a riqueza e a inserção internacional da elite brasileira. No âmbito da produção, trata-se do “universo de relações quase-coloniais” predominante na lavoura e determinante de formas ainda brutais de relação entre empregados e patrões. No âmbito da circulação, trata-se não mais apenas de participar no mercado mundial como fornecedor de produto para os comerciantes europeus, e sim de transformar-se em comerciante e levar o produto ao consumidor final. Estas são as transformações significativas nos dois âmbitos práticos do século XX em comparação com os respectivos âmbitos do século XIX. No novo quadro, diz Schwarz, continuam opostos “o conservadorismo no âmbito doméstico” e a “atualização cosmopolita” da elite. Contudo, as formas sociais de ambos os termos da oposição são sensivelmente distintas em relação ao que eram no século anterior. Vale a pena compará-las à guisa de conclusão deste artigo.

#### 4.

Tanto no século XIX, analisado por Schwarz a partir das *Memórias póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis, quanto no século XX, analisado a partir do poema *Pobre alimária* de Oswald de Andrade, “mundos, tempos e classes sociais” são opostos.

A análise de Machado revela para Schwarz uma elite que se contrapõe aos trabalhadores que escraviza e às pessoas livres e pobres que torna dependentes de seu favor, mas que associa essas práticas baseadas na desigualdade social à inserção no mercado mundial onde vigora a igualdade contratual e de onde vêm as ideias liberais consoantes a essa igualdade. A análise de Oswald de Andrade, por sua vez, revela que a elite do século XX já havia dado alguns passos adiante. No plano doméstico, ela havia libertado seus escravos e contratava seus trabalhadores em regime de igualdade contratual, embora devesse mantê-los em condições precárias para obrigá-los a aceitar salários baixíssimos e proporcionar altos lucros na produção do seu grande artigo de exportação, o café. No plano mundial, aproveitando a ocasião da guerra na Europa, ela pretende assumir a comercialização do café e, assim, tornar-se igual à elite europeia, de quem adotava também os novos ideais de progresso.

Diante dessa transformação das formas sociais, é possível perguntar se a tese de Schwarz sobre as “ideias fora do lugar” se sustenta no século XX, quando a adoção do trabalho assalariado colocou empregadores e empregados no plano de igualdade jurídica exigido pelo liberalismo, uma igualdade à qual o escravismo do século XIX não podia corresponder. De acordo com o ponto de vista que apresentei aqui, o desacordo entre ideias e práticas, baseado no desacordo entre os âmbitos interno e externo da prática social, isto é, entre o passado colonial e o presente capitalista, deveria ter sido resolvido pela adoção da prática de exploração do trabalho assalariado. No âmbito interno, deveria vigorar a prática burguesa que vigorava no âmbito externo. Não é o que se verifica.

Acredito que a resposta para a dificuldade esteja em, como diz Schwarz: “diferenciar e historicizar”.<sup>7</sup> As ideias com as quais se confronta a elite retratada no poema de Oswald de Andrade não são exatamente as mesmas com as quais se confrontava a elite a que pertencia Brás Cubas. Mais do que a igualdade universal dos seres humanos pregada pelo liberalismo, tratava-se agora do progresso

---

<sup>7</sup> SCHWARZ, 2023, p. 28. Schwarz neste ponto responde exatamente à questão sobre a permanência das “ideias fora do lugar” diante da crítica de Carlos Nelson Coutinho, que argumentava concordar que seria essa a situação no século XIX, mas “que no século XX elas foram entrando no lugar”. Schwarz reconhece que as formas do descompasso mudaram, mas afirma sua persistência em novos tipos de exclusão social.

principalmente técnico representado pelo bonde elétrico, um ideal a que a elite do século XX só pôde aspirar porque se inseriu de modo mais ousado no mercado mundial, não só fornecendo um produto, mas participando dos lucros de sua comercialização.

O problema para ela é que controlar o circuito do capital comercial tornou-se secundário quando o centro capitalista passou a dominar o mundo por sua indústria já de larga escala. A melhora na posição mundial da elite brasileira ocorre em um momento no qual práticas mais avançadas no centro imperavam e inscreviam a acumulação de capital comercial na lógica do capital industrial tendendo ao oligopólio. O progresso industrial era um ideal mais elevado que a nova inserção mundial da elite brasileira não permitia alcançar plenamente, pois estava em contradição com a exploração de mão de obra barata e de baixa produtividade. A seu modo, analisa Schwarz, Oswald de Andrade consegue expressar esse novo descompasso ao ironizar o progresso do bonde cheio de advogados e colocar-se na posição europeia “moderníssima”.

Assim, reaparece a oposição que combina dialeticamente a herança colonial e o presente capitalista, só que em outro patamar. O traço colonial não se apresenta mais pela escravidão, mas pela dependência persistente em relação ao centro industrializado e pela incapacidade de adotar de modo pleno um progresso tecnológico incompatível com a produtividade necessariamente baixa da mão de obra. A tensão entre o passado, personificado ainda pela classe de grandes proprietários rurais, embora não mais proprietários de escravos, e o presente personificado por uma classe burguesa comercial e industrial em ascensão, cristaliza-se como mônada no momento em que Machado de Assis escreve as *Memória póstumas* e Oswald de Andrade, a “Pobre alimária”. A nova situação aparece neste poema como o presente “moderníssimo” que se eleva acima do “modernismo de província” no qual se combinam o passado-presente rural da oligarquia cafeeira e o presente industrial. Assim, é na relação entre a indústria avançada do centro capitalista e a cafeicultura local que a nova combinação brasileira de passado e presente pode ser explicada.

Nessas suas análises, Schwarz apresenta uma síntese notável da dinâmica histórica extremamente complexa do capitalismo em geral e no Brasil em particular. Inspirada na melhor historiografia marxista brasileira, essa síntese

serve também de inspiração para toda a crítica que quiser seguir seus passos precisos.

## **BIBLIOGRAFIA**

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000b.

SCHWARZ, R. *Que horas são?* 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARZ, R. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das letras, 2014.

SCHWARZ, R. “Entrevista a Fábio Mascaro Querido”. *Revista Margem Esquerda*, n. 40, São Paulo: Boitempo, 2023.

**Jorge Grespan** é professor aposentado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), universidade na qual também se graduou em economia, na Faculdade de Economia e Administração (FEA) e em história, na própria FFLCH. Fez doutorado em filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutorado na Universidade Livre de Berlim. É autor de *O negativo do capital* (1998), *Iluminismo e Revolução Francesa* (2006) e *Marx e a crítica do Modo de Representação Capitalista* (2019) além de vários artigos em revistas acadêmicas.